

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2015
Salvador, 29 de Fevereiro de 2016

SECRETARIA DA
FAZENDA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR

RUI COSTA

SECRETÁRIO DA FAZENDA

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

CHEFE DE GABINETE

ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E

CONTROLE FINANCEIRO

RANULFO CONTREIRAS LIMA FILHO

DIRETOR DO TESOURO

ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 04 |
| 2. Receita | 04 |
| 3. Despesa | 09 |
| 4. Resultado Orçamentário..... | 11 |
| 5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida..... | 12 |
| 6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 12 |
| 7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde..... | 13 |
| 8. Restos a Pagar | 14 |
| 9. Resultado Primário | 14 |
| 10. Resultado Nominal | 15 |
| 11. Dívida Pública | 16 |
| 12. Conclusão | 17 |
| 13. Glossário | 18 |

1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2015, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados, em valores nominais, de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 30 de janeiro de 2016 em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

2. Receitas

| Balço Orçamentário da Receita | | | | | | Em Mil Reais |
|---|--------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------|
| Detalhamento | Previsão Atualizada 2015 | Realização - Janeiro a Dezembro | | | | |
| | | 2015 | Previsão Atualizada (%) Realizado | 2014 | Varição Nominal (%) 2015/2014 | |
| Receitas Correntes | 35.138.372 | 34.786.961 | 99,00 | 32.878.313 | 5,81 | |
| Receita Tributária | 19.929.631 | 19.630.984 | 98,50 | 17.625.956 | 11,38 | |
| Receita de Contribuições | 2.713.205 | 2.232.630 | 82,29 | 2.000.782 | 11,59 | |
| Receita Patrimonial | 551.272 | 979.432 | 177,67 | 1.545.962 | -36,65 | |
| Receita Agropecuária | 1.171 | 394 | 33,67 | 483 | -18,30 | |
| Receita Industrial | 134 | - | - | - | - | |
| Receita de Serviços | 217.249 | 150.478 | 69,27 | 145.111 | 3,70 | |
| Transferências Correntes | 11.019.644 | 10.874.906 | 98,69 | 10.795.818 | 0,73 | |
| Outras Receitas Correntes | 706.066 | 918.137 | 130,04 | 764.202 | 20,14 | |
| Receitas de Capital | 3.988.326 | 1.555.666 | 39,01 | 2.654.209 | -41,39 | |
| Operações de Crédito | 1.857.643 | 1.015.196 | 54,65 | 1.422.046 | -28,61 | |
| Alienação de Bens | 12.378 | 18.416 | 148,78 | 17.042 | 8,06 | |
| Amortização de Empréstimos | 250.143 | 168.821 | 67,49 | 182.397 | -7,44 | |
| Transferências de Capital | 1.866.671 | 353.233 | 18,92 | 1.032.725 | -65,80 | |
| Outras Receitas de Capital | 1.491 | - | - | - | - | |
| Receitas Intra-Orçamentárias | 2.454.885 | 2.870.542 | 116,93 | 2.405.310 | 19,34 | |
| Total das Receitas (I) | 41.581.582 | 39.213.170 | 94,30 | 37.937.831 | 3,36 | |
| Superávit Financ.Exerc. Anteriores (II) | 3.214.587 | - | - | - | - | |
| Receitas (III = I+II) | 44.796.169 | - | - | - | - | |

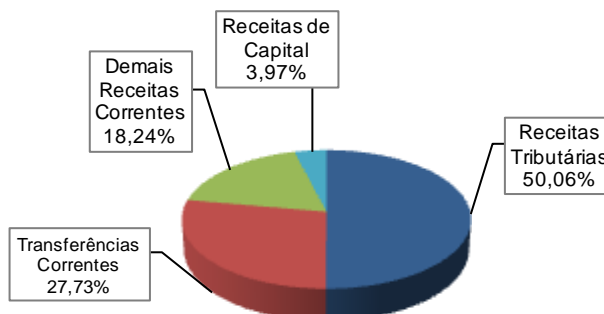
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

As Receitas estaduais realizadas em 2015, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 39,21 bilhões, apresentando um crescimento de apenas 3,36% em relação ao realizado em 2014, evidenciando a crise econômica e financeira ocorrida em 2015. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 94,30%.

Observa-se que as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes juntas detêm 77,79% do total de receitas arrecadadas em 2015, com participação percentual de 50,06% e 27,73%, respectivamente. Na rubrica Demais Receitas Correntes encontra-se incluídas as receitas de contribuições, serviços, agropecuárias, e outras correntes, alcançando 18,24% no total arrecadado no período. As receitas de Capital participaram com quase 4% no total.

Composição da Receita Realizada - 2015



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

As receitas correntes somaram R\$ 34,79 bilhões, respondendo por 88,71% das receitas totais realizadas. Foram arrecadadas 99,00% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação nominal positiva de 5,81% em relação a 2014.

Além das receitas tributárias e das transferências correntes que participaram com respectivamente 56,43% e 31,26% no total das receitas correntes, o item Outras receitas correntes destacou-se pela elevação de 20,14% na comparação com o ano anterior, tendo realizado R\$ 918,14 milhões em 2015, reflexo em grande parte do ingresso de recursos arrecadados através do Programa Concilia Bahia/Acordo Legal.

2.1.1 - Receitas Tributárias

A receita tributária, no valor de R\$ 19,63 bilhões, apresentou um incremento nominal de 11,38%, influenciado pela arrecadação das receitas de IRRF, ITCD, IPVA e Taxas, entretanto a receita arrecadada de ICMS registrou crescimento inferior a inflação do período, provocada pela retração da atividade econômica neste ano. Do valor previsto atualizado para as receitas tributária no ano de 2015, verificou-se uma realização de 98,50%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

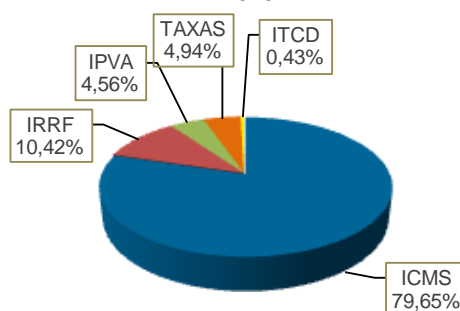
| Receitas Tributárias | | | | | | Em Mil Reais |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------|
| Detalhamento | Previsão Atualizada 2015 | Realizado - Janeiro a Dezembro | | | | |
| | | 2015 | Previsão Atualizada (%) Realizado | 2014 | Varição Nominal (%) 2015/2014 | |
| ICMS | 15.920.171 | 15.636.440 | 98,22 | 14.824.193 | 5,48 | |
| IRRF | 2.125.488 | 2.045.514 | 96,24 | 1.071.864 | 90,84 | |
| IPVA | 910.567 | 894.428 | 98,23 | 802.578 | 11,44 | |
| ITCD | 81.582 | 84.970 | 104,15 | 63.741 | 33,31 | |
| Taxas | 891.824 | 969.632 | 108,72 | 863.580 | 12,28 | |
| Total das Receitas Tributárias | 19.929.631 | 19.630.984 | 98,50 | 17.625.956 | 11,38 | |

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 79,65 % no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 20,35%.

Composição da Receita Tributária Realizada 2015



ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou em 2015, o total de R\$ 15,64 bilhões, contra R\$ 14,82 bilhões realizados em 2014, registrando um incremento nominal de 5,48%. Foram realizados 98,22% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 894,43 milhões, com uma elevação de 11,44%, se comparado ao realizado no ano anterior. Foram realizados 98,23% do previsto atualizado para 2015.

TAXAS – As Taxas arrecadadas somaram o valor de R\$ 969,63 milhões, com um acréscimo de 12,28%, comparando-se com 2014. Quanto ao valor orçado foram realizados 108,72% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 84,97 milhões, apresentando um aumento em valores nominais de 33,31% em relação a 2014, resultado do esforço empreendido na ação fiscalizadora. Do orçado anual atualizado, foram realizados 104,15%.

IRRF – O valor contabilizado foi de R\$ 2,05 bilhões com uma variação positiva de 90,84% em razão, da regularização dos registros contábeis nesta rubrica. Foram realizados 96,24% do valor previsto atualizado para 2015.

2.1.2 - Transferências Correntes

Os efeitos da crise refletiram também nas transferências de recursos, considerando que os valores realizados em 2015 permaneceram praticamente estagnados, com um acréscimo nominal de 0,73% em relação a 2014. O total realizado de Transferências Correntes alcançou R\$ 10,87 bilhões, contra R\$ 10,80 bilhões realizados em 2014. Com relação ao previsto atualizado, foram realizados 98,69%. Destacaram-se as Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram com 52,80% e 13,91%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com 25,92%, no total de Transferências realizadas.

| Transferências Correntes | | | | | Em Mil Reais |
|--|--------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Detalhamento | Previsão Atualizada 2015 | Realizado - Janeiro a Dezembro | | | Variação Nominal (%) 2015/2014 |
| | | 2015 | Previsão Atualizada (%) Realizado | 2014 | |
| FPE - Fundo de Participação dos Estados | 5.766.400 | 5.741.614 | 99,57 | 5.457.892 | 5,20 |
| IPI Exportação | 223.585 | 224.255 | 100,30 | 232.843 | -3,69 |
| SUS - Recursos do Sistema Único de Saúde | 1.504.204 | 1.512.568 | 100,56 | 1.494.066 | 1,24 |
| Salário Educação | 115.000 | 121.132 | 105,33 | 110.718 | 9,41 |
| Compensação Financeira - Royalties | 165.825 | 116.421 | 70,21 | 257.275 | -54,75 |
| FNDE -Fundo Nacional de Desenvol. e Educação | 129.005 | 73.638 | 57,08 | 73.954 | -0,43 |
| LEI KANDIR - Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96 | 43.485 | 43.485 | 100,00 | 43.485 | - |
| CIDE - Contrib. de Intervenção Domínio Econômico | 31.001 | 31.081 | 100,26 | 7.706 | 303,34 |
| Auxílio Exportação-Aux.Financ.Estados Exportadores | 61.802 | 68.968 | 111,59 | 77.245 | -10,72 |
| Outras Transferências da União | 13.227 | 10.008 | 75,66 | 15.281 | -34,51 |
| Transferências do FUNDEB | 2.836.517 | 2.818.380 | 99,36 | 2.742.468 | 2,77 |
| Transferências de Convênios | 129.592 | 113.356 | 87,47 | 282.885 | -59,93 |
| Total das Transferências Correntes | 11.019.644 | 10.874.906 | 98,69 | 10.795.818 | 0,73 |

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

FPE – O repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 5,74 bilhões, significando um acréscimo de 5,20%, em relação a 2014. Foram realizados 99,57% do valor previsto atualizado para 2015.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 2,82 bilhões, contra R\$ 2,74 bilhões, em 2014, ou seja, uma variação positiva 2,77%. Houve uma realização de 99,36% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 1,51 bilhão, com acréscimo de 1,24%, comparado a 2014. Houve uma realização de 100,56% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação somaram R\$ 224,26 milhões, com uma redução de 3,69% em relação a 2014. Do valor previsto atualizado foram realizados 100,30%.

Os recursos de Royalties apresentaram uma redução de 54,75%, totalizando R\$ 116,42 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 121,13 milhões, com aumento de 9,41%, comparados a 2014. As Transferências de Convênios apresentaram uma redução de 59,93%, tendo realizados 87,47% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2015, totalizando R\$ 113,36 milhões contra R\$ 282,89 milhões realizados no exercício anterior.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos provenientes desta receita totalizaram R\$ 31,08 milhões, um acréscimo de 303,34% em relação a 2014. Isto porque em 2014, os registros referiam-se a valores residuais, devido às medidas econômicas do Governo Federal, de estabelecer alíquota zero para a CIDE, desde o segundo semestre de 2012. Entretanto, as novas medidas econômicas do Governo Federal, promoveu o retorno da CIDE, com o retorno da taxação dos combustíveis a partir de maio de 2015, até então com alíquota reduzida a zero.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica apresentaram variação negativa de 0,43%, com um montante realizado no período de R\$ 73,64 milhões. Foram realizados 57,08% do valor orçado atualizado para 2015.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 43,49 milhões, com realização de 100,00% em relação ao valor orçado mantendo o mesmo valor realizado de 2014.

Auxílio Exportação – O valor realizado em 2015 totalizou R\$ 68,97 milhões. Na comparação com 2014, representou uma redução de 10,72%, observando-se que o valor realizado em 2014, referiu-se a recursos remanescentes de 2013, repassados em janeiro de 2014. Em relação às Outras Transferências da União, no valor total de R\$ 10,01 milhões, observa-se uma redução de 34,51% comparando-se ao ano anterior. Contribuiu para este fato a redução nas transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS em 69,98%.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital totalizaram R\$ 1,55 bilhão contra R\$ 2,65 bilhões realizados em 2015, com uma redução de 41,39%, sendo realizados apenas 39,01% do previsto atualizado,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

demonstrando assim, a dificuldade em captar recursos desta natureza vivenciada no exercício em função da crise econômica financeira.

| Receitas de Capital | | | | | Em Mil Reais |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------|--------------------------------|
| Detalhamento | Previsão Atualizada 2015 | Realizado - Janeiro a Dezembro | | | Variação Nominal (%) 2015/2014 |
| | | 2015 | Previsão Atual (%) Realizado | 2014 | |
| Operações de Crédito | 1.857.643 | 1.015.196 | 54,65 | 1.422.046 | -28,61 |
| Operações de Crédito Internas | 1.434.611 | 937.130 | 65,32 | 465.102 | 101,49 |
| Operações de Crédito Externas | 423.032 | 78.066 | 18,45 | 956.944 | -91,84 |
| Alienação de Bens | 12.378 | 18.416 | 148,78 | 17.042 | 8,06 |
| Amortização de Empréstimos | 250.143 | 168.821 | 67,49 | 182.397 | -7,44 |
| Transferências de Capital | 1.866.671 | 353.233 | 18,92 | 1.032.725 | -65,80 |
| Outras Receitas de Capital | 1.491 | - | - | - | - |
| Total das Receitas de Capital | 3.988.326 | 1.555.666 | 39,01 | 2.654.209 | -41,39 |

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 1,02 bilhão, com uma redução de 28,61% em relação a 2014, reflexo das reduções verificadas nas operações de crédito externas em 91,84%. Foram realizados 54,65% do previsto atualizado para este item, destacando-se as operações de créditos internas com o ingresso de R\$ 937,13 milhões, superior em 101,49%, quando comparado a 2014.

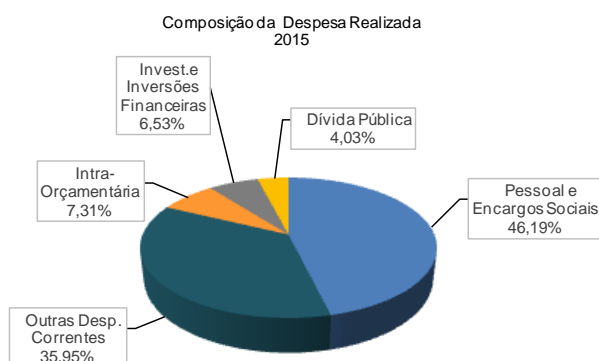
A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 168,82 milhões, com uma redução de 7,44% comparados a 2014, tendo realizado 67,49% do previsto atual. As alienações de bens totalizaram 18,42 milhões, representando uma variação positiva de 8,06%. Foram realizados 148,78% do previsto atualizado para 2015.

As Transferências de Capital totalizaram R\$ 353,23 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 18,92% do montante previsto anual. Verificou-se uma redução de 65,80% em relação ao mesmo período de 2014.

3. DESPESAS

As despesas executadas em 2015 totalizaram R\$ 39,44 bilhões, correspondentes a 88,03% do valor previsto atualizado.

Em valores nominais, registrou-se um aumento de 8,59%, comparando-se com 2014.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 46,19% de participação no total realizado no período, seguido de Outras Despesas Correntes com 35,95%. As demais despesas somaram 17,86%.

| Balço Orçamentário da Despesa | | | | | | Em Mil Reais |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------|
| Detalhamento | Previsão Atualizada 2015 | Executada - Janeiro a Dezembro | | | | |
| | | 2015 | Previsão Atual (%) Realizado | 2014 | Varição Nominal (%) 2015/2014 | |
| Despesas Correntes | 34.555.768 | 33.025.654 | 95,57 | 30.270.409 | 9,10 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 18.640.067 | 18.213.540 | 97,71 | 15.884.200 | 14,66 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 633.864 | 633.857 | 100,00 | 543.166 | 16,70 | |
| Outras Despesas Correntes | 15.281.836 | 14.178.258 | 92,78 | 13.843.043 | 2,42 | |
| Transf. Const. aos Municípios | 5.165.186 | 5.147.554 | 99,66 | 4.814.879 | 6,91 | |
| Demais Despesas Correntes | 10.116.651 | 9.030.703 | 89,27 | 9.028.164 | 0,03 | |
| Despesas de Capital | 7.326.054 | 3.528.084 | 48,16 | 3.637.598 | -3,01 | |
| Investimentos | 5.960.259 | 2.292.138 | 38,46 | 2.540.216 | -9,77 | |
| Inversões Financeiras | 410.874 | 281.031 | 68,40 | 300.195 | -6,38 | |
| Amortização da Dívida | 954.922 | 954.915 | 100,00 | 797.187 | 19,79 | |
| Reserva de Contingência | 64 | - | - | - | - | |
| Despesas Intra-Orçamentárias | 2.914.283 | 2.881.740 | 98,88 | 2.406.438 | 19,75 | |
| Total das Despesas | 44.796.169 | 39.435.478 | 88,03 | 36.314.445 | 8,59 | |

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. As despesas correntes totalizaram R\$ 33,03 bilhões, representando uma realização de 95,57% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 9,10% na comparação com 2014.

Dentre as despesas Correntes, a mais representativa são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 18,21 bilhões. Verificou-se uma execução de 97,71% do total fixado e um acréscimo de 14,66%, em relação a 2014.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 14,18 bilhões, correspondentes a 92,78% do fixado atualizado para o ano e um acréscimo de 2,42%, comparado a 2014. Observa-se que as demais despesas correntes (custeio) permaneceram estáveis em relação a 2014, resultado do monitoramento do gasto público.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 633,86 milhões, correspondendo a 100,00% da previsão anual atualizada e uma elevação de 16,70%.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. Em 2015, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,53 bilhões com uma redução de apenas 3,01%, se comparado ao exercício anterior. Foram realizados 48,16% dos valores orçados. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 2,29 bilhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 954,92 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 281,03 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, observa-se uma redução de 32,86% do Superávit Corrente quando comparado ao exercício anterior, alcançando R\$ 1,75 bilhão em 2015. O déficit orçamentário de capital apresentou um aumento de 100,57% em relação a 2014, resultando num Déficit orçamentário total de R\$ 222,31 milhões.

| Resultado da Execução Orçamentária | | | Em Mil Reais |
|--|--------------------|------------------|--------------------------------|
| Especificação | Janeiro a Dezembro | | Variação Nominal (%) 2015/2014 |
| | 2015 | 2014 | |
| Receitas Correntes | 37.657.504 | 35.283.622 | 6,73 |
| (-) Despesas Correntes | -35.907.395 | -32.676.847 | 9,89 |
| Resultado do Orçamento Corrente (1) | 1.750.109 | 2.606.775 | -32,86 |
| Receitas de Capital | 1.555.666 | 2.654.209 | -41,39 |
| (-) Despesas de Capital | -3.528.084 | -3.637.598 | -3,01 |
| Resultado do Orçamento de Capital (2) | -1.972.418 | -983.389 | 100,57 |
| Déficit/ Superavit Orçamentário (1-2) | -222.309 | 1.623.386 | - |

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

Em 2015, o Estado da Bahia comprometeu 57,45% de sua Receita Corrente Líquida com os gastos de pessoal, ultrapassando o limite de Prudencial de 57,00%, fixado pela Lei de

Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerando apenas o Poder Executivo incluindo Defensoria Pública, o percentual atingiu 47,61%, também ultrapassando o limite Prudencial de 46,17%, estabelecido na referida Lei.

Quanto os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público situaram-se com percentuais abaixo dos limites prudenciais e máximos, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF

3º Quadrimestre 2015

| Detalhamento | Percentual em Relação a RCL | Limite de Alerta (%) | Limite Prudencial (%) | Limite Máximo (%) |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|
| Poder Executivo ¹ | 47,61 | 43,74 | 46,17 | 48,60 |
| Poder Legislativo | 2,80 | 3,06 | 3,23 | 3,40 |
| Assembléia Legislativa | 1,45 | 1,68 | 1,78 | 1,87 |
| Tribunal de Contas do Estado | 0,78 | 0,81 | 0,86 | 0,90 |
| Tribunal de Contas dos Municípios | 0,57 | 0,57 | 0,60 | 0,63 |
| Poder Judiciário | 5,54 | 5,40 | 5,70 | 6,00 |
| Ministério Público | 1,50 | 1,80 | 1,90 | 2,00 |
| Total do Estado | 57,45 | 54,00 | 57,00 | 60,00 |

RCL últimos 12 meses = R\$ 27.207.611 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo1,LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").

Nota ¹ : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 47,12% da Receita Corrente Líquida.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 6,63 bilhões, representando 27,96% da Receita Líquida de Impostos, alcançado o limite constitucional anual de 25%, cumprindo-se, portanto, o estabelecido na Constituição Federal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

| Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | | Em Mil Reais |
|--|-----------------------------|---------------|--------------|
| Descrição | Realizado - 3º Quadrimestre | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais | 23.715.743 | 21.459.306 | |
| Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação | 6.630.691 | 5.929.151 | |
| Percentual Aplicado em Educação | 27,96% | 27,63% | |

Limite Constitucional Anual¹: 25%

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota ¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, com a finalidade de promover o financiamento de ações para a manutenção da educação básica pública. Em 2015, o valor de aporte efetuado pelo Estado foi da ordem de R\$ 4,33 bilhões, tendo recebido de transferência de recursos da União, R\$ 2,82 bilhões.

| Demonstrativo - FUNDEB | | | | Em Mil Reais |
|------------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------|
| Exercício | Aporte | Retorno | Resultado Apurado | |
| 2010 | -2.669.753 | 1.945.413 | -724.340 | |
| 2011 | -3.046.723 | 2.268.900 | -777.823 | |
| 2012 | -3.273.514 | 2.575.682 | -697.832 | |
| 2013 | -3.755.493 | 2.541.022 | -1.214.471 | |
| 2014 | -4.099.515 | 2.764.198 | -1.335.317 | |
| 2015 | -4.333.579 | 2.818.387 | -1.515.192 | |

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 3,01 bilhões, correspondendo a 12,69% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde

Em Mil Reais

| Descrição | Realizado - 3º Quadrimestre | |
|--|-----------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 |
| Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais | 23.715.743 | 21.459.306 |
| Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde | 3.010.066 | 2.851.554 |
| Percentual Aplicado em Saúde | 12,69% | 13,29% |

Limite Constitucional Anual¹: 12%

Fonte:FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar registrados ao final do exercício de 2014, foram pagos R\$ 559,85 milhões, representando um percentual de 83,84%, restando um saldo a pagar de R\$ 107,92 milhões, sendo R\$ 105,17 milhões do Poder Executivo e R\$ 2,75 milhões do Poder Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar

Em Mil reais

| Descrição | Inscritos (a) | Cancelados (b) | Pagos (c) | Varição (%) (c/(a-b)) | A Pagar |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| Poder Executivo | 737.458 | 99.602 | 532.683 | 83,51 | 105.173 |
| Poder Judiciário | 25.521 | 5.396 | 19.921 | 98,98 | 205 |
| Poder Legislativo | 6.482 | 989 | 3.169 | 57,69 | 2.324 |
| Ministério Público | 4.108 | 595 | 3.508 | 99,84 | 5 |
| Defensoria Pública | 1.062 | 284 | 565 | 72,71 | 212 |
| Total | 774.632 | 106.867 | 559.845 | 83,84 | 107.919 |

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Em 2015, foi realizado um Déficit Primário de R\$ (570,49) milhões, em função das receitas fiscais da ordem de R\$ 37,09 bilhões para as despesas fiscais de R\$ 37,67 bilhões. Quanto à meta estabelecida na LDO foi demonstrado um Resultado Primário de R\$ (1,25) bilhão, negativos, significando que o Estado situou-se dentro da meta prevista.

| Demonstrativo do Resultado Primário | | | Em Mil Reais |
|--|--------------------------------|-------------------|--------------|
| Detalhamento | Realizado - Janeiro a Dezembro | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Receitas Primárias Correntes (I) | 36.743.194 | 34.831.894 | |
| Receitas Primárias de Capital (II) | 353.233 | 1.032.725 | |
| Receita Primária Total (III) = (I+II) | 37.096.427 | 35.864.618 | |
| Despesas Primárias Correntes (IV) | 35.273.538 | 32.133.681 | |
| Despesas Primárias de Capital (V) | 2.393.376 | 2.602.800 | |
| Despesa Primária Total (VI) = (IV+V) | 37.666.914 | 34.736.481 | |
| Resultado Primário (III - VI) | (570.487) | 1.128.137 | |

Meta do Resultado Primário LDO: R\$ (1.254.000) mil.

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6, LRF, art.53, inciso III).

10. RESULTADO NOMINAL

| Demonstrativo do Resultado Nominal | | | Em Mil Reais |
|--|-------------------|-------------------|--------------|
| Especificação | Saldo | | |
| | 31/12/2015 (a) | 31/12/2014 (b) | |
| Dívida Consolidada (I) | 21.381.307 | 16.911.138 | |
| Deduções (II) | 5.244.767 | 5.540.023 | |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 5.061.143 | 5.516.162 | |
| Demais Haveres Financeiros | 752.364 | 442.084 | |
| (-) Restos a Pagar Processados | (568.740) | (418.223) | |
| Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II) | 16.136.540 | 11.371.115 | |
| Resultado Nominal de 2015 (a-b) | 4.765.425 | | |

Meta do Resultado Nominal - LDO para o ano de 2015: R\$(107.158) mil.

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. Para o exercício de 2015, a meta para o Resultado Nominal do Estado, fixada pela LDO indica uma redução da Dívida Consolidada Líquida em R\$ (107.158) mil. No período, verificou-se um aumento no estoque da dívida de R\$ 4,77 bilhões, decorrentes de alterações na taxa de câmbio.

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2015, a Dívida Consolidada foi de R\$ 21,38 bilhões, sendo superior em 26,43% em relação ao exercício anterior quando atingiu R\$ 16,91 bilhões. Na composição do montante da dívida consolidada bruta, observa-se que a dívida interna no valor de R\$ 9,20 bilhões alcançou um crescimento de 17% na comparação com o exercício anterior.

Destacam-se o crescimento da dívida externa em 42,29% em 2015, comparado a 2014, totalizando R\$ 9,72 bilhões, reflexos das atualizações cambiais ocorridas em 2015. As outras dívidas (precatórios) totalizaram R\$ 2,46 bilhões.

| Dívida Consolidada | | | Em Mil Reais |
|---------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| Discriminação | Saldo do Exercício | | Variação (%) |
| | 2015 | 2014 | |
| Interna | 9.204.848 | 7.867.202 | 17,00 |
| Externa | 9.720.546 | 6.831.330 | 42,29 |
| Outras ¹ | 2.455.913 | 2.212.606 | 11,00 |
| Total | 21.381.307 | 16.911.138 | 26,43 |

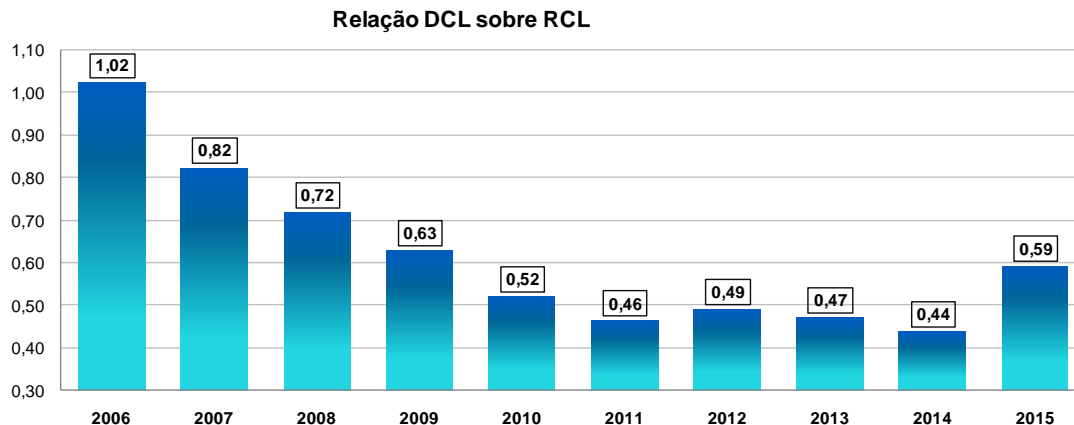
Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

| Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida | | | Em Mil Reais |
|--|-------------------|-------------------|--------------|
| Descrição | DCL | RCL | DCL/RCL |
| Exercício de 2015 | 16.136.540 | 27.207.611 | 0,59 |
| Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida | | | |

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,59 no 3º quadrimestre de 2015, relação bem inferior ao limite fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, embora tenha sofrido elevação no percentual em relação ao exercício de 2014, ainda demonstra a redução do endividamento na análise da série histórica .



12. CONCLUSÃO

Em 2015, o Estado registrou Déficit Primário no valor de R\$ 570,49 milhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 39,21 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 39,44 bilhões resultaram em déficit Orçamentário de R\$ 222,31 milhões. O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 4,77 bilhões.

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente. Os recursos aplicados em educação e saúde cumpriram os percentuais estabelecidos pela legislação. Quanto ao limite de pessoal, o Poder Executivo ultrapassou o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal, apesar da crise econômica e de ter ultrapassado o limite de pessoal, implicando em algumas restrições nesta área.

Salvador, 29 de Fevereiro de 2016.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2015 realizou-se no dia de 8 de Março de 2016, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos,

reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de

outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício

subseqüente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>